

BRUNO LUIS TALPAI



Bruno Luis Talpai

ANISTIA POLÍTICA

Transição inacabada à luz da
Teoria Geral do Estado contemporânea

Prefácio
Luiz Guilherme Arcaro Conci



19

FORUM

Anistia Política é um capítulo essencial na história e transição democrática. Neste livro, a investigação procurou tratar sobre o tema e os principais aspectos que permeiam o transcorrer do lapso temporal e o processo político no qual está inserido, atravessando décadas. Cronologicamente, demonstra o livro o encadeamento de atos, políticos e jurídicos, com suas tensões, avanços e retrocessos, revelando a contemporaneidade e a relevância da Anistia Política no Brasil.

O tema é abordado sob a ótica do direito – com foco na Teoria Geral do Estado – e da Ciência Política.

ANISTIA POLÍTICA

Transição inacabada à luz da
Teoria Geral do Estado contemporânea

Prefácio

Luiz Guilherme Arcaro Conci

19

Área específica
DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins do livro
CIÊNCIA POLÍTICA. HISTÓRIA DO BRASIL.
POLÍTICA. TEORIA GERAL DO ESTADO.
POLÍTICA. POLÍTICAS PÚBLICAS. RELAÇÕES
INTERNACIONAIS.

Palavras-chave
ANISTIA POLÍTICA. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO.
DITADURA MILITAR. TEORIA GERAL DO ESTADO.
TRANSIÇÃO POLÍTICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3452

T152a	Talpai, Bruno Luis Anistia política: transição inacabada à luz da Teoria Geral do Estado contemporânea / Bruno Luis Talpai. Belo Horizonte: Fórum, 2025. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 19). 193p. 14,5x21,5cm (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 19). ISBN Impresso 978-65-5518-959-9 ISBN Digital 978-65-5518-960-5 ISBN da Coleção 978-65-5518-447-1 1. Anistia política. 2. Justiça de transição. 3. Ditadura militar. 4. Teoria Geral do Estado. 5. Transição Política. I. Título. CDD: 342.08 CDU: 342
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TALPAI, Bruno Luis. *Anistia política: transição inacabada à luz da Teoria Geral do Estado contemporânea*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 193p. ISBN 978-65-5518-959-9. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 19).

Bruno Luis Talpai

Advogado. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Constitucional e Processual Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-graduado em Ciência Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	17
APRESENTAÇÃO	
Eneá de Stutz e Almeida	19
PREFÁCIO	
Luiz Guilherme Arcaro Conci	21
INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 1	
ESTRUTURA DA PESQUISA E CONCEITOS PRELIMINARES	29
1.1 Problema de pesquisa	29
1.2 Método e estruturação do trabalho.....	31
1.3 A perspectiva do neoinstitucionalismo histórico.....	33
1.4 Conceito de anistia e classificações	37
1.5 Justiça de transição: conceito, delimitação e características	43
CAPÍTULO 2	
NOÇÕES PROPEDEÚTICAS: LEGALIDADE, POLÍTICA E ANISTIA	
POLÍTICA (1962-1988)	49
2.1 As “forças” pré-golpe 1964.....	49
2.2 Mecanismos de repressão institucional: o arcabouço jurídico e o Serviço Nacional de Informações.....	53
2.3 Panorama geral e cronologia das etapas da anistia no Brasil.....	64
2.3.1 Anistia política de 1979	64
2.3.2 Anistia política de 1985	81
CAPÍTULO 3	
ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E ANISTIA POLÍTICA SOB A CF/1988.	87
3.1 Anistia política e o processo de transição para a CF/1988	87
3.2 Anistia política e os governos Collor e Itamar Franco	97
3.3 Anistia política e o governo FHC	100
3.4 Anistia política e governo Lula: 2003-2010	108
3.4.1 ADPF nº 153.....	114
3.5 Anistia política e governo Dilma (2011-2016).....	116
3.6 Anistia política e governo Temer (2016-2018).....	122
3.7 Anistia política e governo Bolsonaro (2019-2022).....	135
3.8 Anistia política e governo Lula 2023: perspectivas.....	149
CAPÍTULO 4	
NOVAS PERSPECTIVAS E ARRANJOS NO CAMPO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	163
4.1 Termo de Ajustamento de Conduta – Associação Henrich Plagge vs. Volkswagen.....	163
4.2 O primeiro julgamento coletivo na Comissão de Anistia.....	167
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS.....	177